

O PDI em debate

Sindicatos defendem a realização da **ASSEMBLÉIA UNIVERSITÁRIA** para avaliação e construção coletiva dos rumos da Unesp

A participação organizada da Adunesp e do Sintunesp durante a plenária dos conselheiros dos colegiados centrais, convocada pela Reitoria para Águas de Lindóia, nos dias 30 e 31 de julho, rendeu bons frutos. A plenária teve o objetivo de debater o projeto de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Unesp.

Reunidos antes do início do evento, os representantes vinculados ao “Chapão” do Sintunesp e ao “Chapão” da Adunesp, bem como os diretores das entidades, discutiram os principais pontos relacionados ao PDI, o que garantiu uma atuação expressiva nos grupos e na plenária final, trazendo ao debate os pontos considerados polêmicos na proposta apresentada pela Comissão de Sistematização.

Para o professor Antônio Luís de Andrade, o Tato, diretor da Adunesp e representante junto ao Conselho de Administração e Pesquisa (CADE), a resistência impulsionada pelas entidades e pela comunidade foi capaz de superar os

interesses de aprovação do PDI de forma aligeirada, garantindo maior tempo e condições para o debate. “Com isso, ganharam todos, pois a Universidade poderá definir com maior tranquilidade seu projeto para o próximo período”, avalia.

Para a professora Maria Valéria Barbosa Veríssimo, do campus de Marília, representante junto ao Conselho Universitário (CO), a discussão acerca do PDI no interior da Unesp teve problemas de encaminhamento, o que trouxe dificuldades para a participação efetiva da comunidade acadêmica, com especial prejuízo para o conjunto dos alunos. “Mesmo com estas dificuldades, quando o documento foi disponibilizado para as unidades, acabou aglutinando boas manifestações”, ressalta.



Reunião prévia convocada por Adunesp e Sintunesp em Lindóia

Para ela, a Comissão de Sistematização havia exorbitado em suas funções, na medida em que definiu o que acataria ou não para ser incorporado ao texto, papel que não lhe cabia. “No que pesem todas essas observações, a reunião de Águas de Lindóia foi boa e bastante participativa, pois pudemos imprimir um novo tom no debate”, prossegue.

Tato e Valéria destacam que, em Lindóia, o embate esteve presente na concepção de Universidade, se vinculada ou não aos preceitos do mercado; ao oferecimento ou não de ensino de graduação e pós-graduação à distância como resposta à massificação do ensino; à flexibilização da certificação nos cursos de graduação; à gestão democrática da instituição (paridade); entre outras. Todos estes pontos foram bastante debatidos nos grupos de trabalho.

Alberto de Souza, servidor do campus de Bauri e diretor do Sintunesp, destaca a ausência da discussão a respeito da participação democrática dos três segmentos, por meio da paridade. “Quando se discute um PDI, que tem como meta pensar e planejar a Universidade em todos os aspectos, o mínimo que se espera é que a gestão

Comunidade conquista direitos nos campi experimentais

PELA NORMATIZAÇÃO IMEDIATA
DOS CAMPUS EXPERIMENTAIS

DEMOCRACIA E AUTONOMIA JÁ!
ADUNESP / SINTUNESP / CAMPUS EXPERIMENTAIS

*Nas páginas 3 e 4,
veja os detalhes da
resolução aprovada
no CEPE*

continua...

democrática tenha o espaço que merece no debate”, frisa. Ele diz que a expectativa dos servidores técnico-administrativos é que esse assunto seja debatido nas próximas etapas do processo de construção do PDI, culminando na Assembléia Universitária.

Comunidade poderá enviar novas sugestões

O calendário aprovado ao final da plenária de Águas de Lindóia determina um período em que a comunidade pode enviar novas sugestões. A Comissão de Sistematização atual (composta pelos coordenadores e relatores dos grupos de trabalho em Lindóia) remeterá o novo projeto à comunidade até o dia 30 de setembro. As contribuições poderão ser encaminhadas até 20 de novembro. Até 30/11, a Comissão as sistematizará e as enviará aos conselheiros. Em torno do dia 15 de dezembro, será realizada nova plenária dos órgãos colegiados centrais.

Assembléia Universitária

Durante a plenária de Águas de

Lindóia, foi reforçada a necessidade de realização da Assembléia Universitária como mecanismo de conclusão do PDI.

Adunesp e Sintunesp consideram fundamental que isso realmente ocorra e esperam que, da nova plenária a ser realizada em dezembro, saia a versão final da proposta de PDI e que esta seja amplamente debatida pela comunidade, culminando com sua aprovação na Assembléia Universitária, já em 2009.

“A AU permitiria romper, por um lado, com uma visão instrumental da idéia de que o PDI foi fruto de um conjunto de iluminados especialistas, que fez um trabalho técnico e que, depois de revestido de um verniz democrático, foi enfiado goela abaixo da comunidade”, pondera Tato. “Por que a AU não poderia ser o elemento de avaliação e debate coletivo da implementação do PDI? Da vida e dos rumos da universidade? O ápice de um verdadeiro e

profundo processo de construção coletiva e orgânica da Universidade?”

Tato lembra que, além de envolver efetivamente a comunidade no processo de elaboração do PDI, isso faria cumprir a determinação estatutária da Unesp, de realização da AU a cada quatro anos.

Entidades convocam seminário para outubro

No início de outubro, a Adunesp, o Sintunesp e a representação estudantil vão realizar um seminário em São Paulo, com o objetivo de subsidiar os membros da comunidade acadêmica que queiram enviar suas contribuições ao PDI. Assim que for definida, a data será amplamente divulgada. O seminário terá como temas centrais:

- 1) Ensino à distância.
- 2) Gestão democrática da Universidade.

AU suscitou debates e envolveu os três segmentos em 2000

A Assembléia Universitária de 2000 foi realizada entre os dias 30 de março e 2 de abril, no campus de Bauru. Cerca de 400 delegados, eleitos paritariamente nas unidades, entre os três segmentos, discutiram em profundidade as seguintes temáticas centrais: Universidade & Sociedade, Política Institucional e Gestão Universitária. Entre os debatedores convidados, estavam: Roberto Romano (Unicamp), José Misael Ferreira do Vale (Unesp), Roberto Leher (UFRJ), Lisete Arelaro (USP), Edmundo Fernandes Dias (Unicamp) e Rodolfo Joaquim Pinto da Luz (UFSC).

Após as palestras/debates, os participantes eram divididos em grupos de trabalho. Ao final, em plenária, foram debatidas e aprovadas resoluções em todos os temas.

Nos meses anteriores, a Comissão Organizadora da AU promoveu debates preparatórios. A Adunesp também realizou um seminário, nos dias 11 e 12 de março de 2000, para preparar as propostas que levaria a Bauru.

Para Antônio Luís de Andrade, o Tato, atual diretor da Adunesp e um dos membros da Comissão Organizadora da AU de 2000, “aquele foi um momento privilegiado na vida da Universidade”.

Raízes

O professor Arif Cais, de São José do Rio Preto, diretor da Adunesp, resgata as origens da Assembléia Universitária na instituição. Ele avalia que o divisor de águas

na história da Unesp seja o mandato do professor Jorge Nagle à frente da Reitoria, entre 1983 e 1987. “Nagle assumiu num momento de extremo autoritarismo reitoral e construiu as bases para a democracia na Universidade, acabando com os feudos, com o domínio dos professores titulares nos colegiados e ampliando o espaço para a participação docente, de funcionários e de alunos”, diz. Em sua gestão, conta o professor Arif, o reitor Nagle propôs um novo estatuto, completamente reformulado e que atendia plenamente às necessidades da época. “A minuta de estatuto foi feita por um grupo de pessoas comprometidas com o futuro da Unesp e, posteriormente, submetida à ampla e democrática discussão nas unidades universitárias”.

Para a discussão, as aulas foram suspensas e os debates organizados por grupos temáticos, com participação paritária dos três segmentos. As unidades nomearam delegados para representá-las nos debates setoriais, que aconteceram em Botucatu, Jaboticabal e Araraquara. Neste último campus, a proposta foi concluída, indicando-se uma comissão de redação para a versão final que seria submetida ao Conselho Universitário e, depois, à Secretaria da Educação e ao governador Franco Montoro.

“Este modelo de participação foi contemplado em nossos estatutos e vige ainda



A Assembléia Universitária em 2000: nas fotos do alto, momentos da plenária final; abaixo, grupo de discussão

hoje”, frisa Arif. “Para discussões complexas e modificadoras que atingirão a Universidade de forma difusa, para a atual e as futuras gerações de docentes, servidores e alunos, como o PDI, é fundamental que ocorra uma Assembléia Universitária”, reforça. “Certamente, erraremos menos e todos terão a oportunidade de vivenciar uma unidade renovadora, forte, livre e democrática. É o que se espera de uma Universidade que luta para se estabelecer dentre as melhores e mais respeitadas do país.”

SOMOS TODOS UNESP



Ação unificada da comunidade acadêmica é vitoriosa nos campi experimentais.

CEPE aprova eleições diretas para coordenador e constituição de órgãos colegiados locais

Ato realizado por servidores e docentes, organizados por Sintunesp e Adunesp, pouco antes da reunião do CEPE, em 5/8/2008

A comunidade dos *campi* experimentais conquistou uma importante vitória. O texto final da Resolução que estabelece a estrutura organizacional destas unidades, aprovado em reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), no dia 5 de agosto, e publicado no Diário Oficial do Estado de SP em 11/9/2008 (Resolução Unesp 38), incorpora praticamente todas as reivindicações formuladas ao longo de um ano de discussões e mobilizações coordenadas pelo Sintunesp e pela Adunesp. Entre elas, destaque para a eleição direta para coordenador executivo da unidade. O texto aprovado pelos conselheiros do CEPE teve por base o parecer do relator, professor Marcelo Fossey, do campus de S. J. do Rio Preto.

Embora estejam em funcionamento há cinco anos, somente em dezembro passado, por pressão da Adunesp e do Sintunesp, a Reitoria propôs uma Resolução para disciplinar a gestão e a organização dos *campi* experimentais, em substituição à Portaria 461, de setembro 2005. A proposta da Reitoria tramitou pelas unidades de forma enviesada, sob controle, na maioria das unidades experimentais, dos coordenadores executivos.

Ao contrário desse encaminhamento e de modo independente, Adunesp e

Sintunesp, que já vinham promovendo reuniões nestas unidades, realizaram assembléias abertas a toda a comunidade em cada campus experimental. Desta forma, de modo coletivo e participativo, construíram uma proposta alternativa de normatização para os *campi* experimentais, verdadeiramente da comunidade. Em relação à proposta da Reitoria, uma das diferenças estava na forma de escolha do coordenador executivo: enquanto a primeira propunha lista tripla e indicação do Reitor, a segunda pedia eleições diretas, nos moldes existentes nos *campi* consolidados.

A estrutura aprovada no CEPE

A organização administrativa dos *campi* experimentais passa a contar com a seguinte estrutura:

Conselho Diretor: Órgão colegiado deliberativo e normativo em matéria de ensino, pesquisa, extensão universitária e administração. Será composto pelo coordenador executivo da unidade, vice-coordenador executivo, coordenadores de graduação e de pós-graduação, quatro docentes (professores de carreira, com grau mínimo de doutor, eleitos por seus pares), representantes dos servidores (na proporção de 15% do total de membros,

eleitos por seus pares), representantes estudiantis (na proporção de 15%, indicados pelas entidades) e um representante municipal (indicado pela prefeitura).

Diretoria: Composta pelo coordenador executivo e seu vice, ambos com mandato de quatro anos. Serão escolhidos por meio de eleições diretas (nas quais votam os professores de carreira, alunos e funcionários). Os candidatos a coordenador e a vice-coordenador executivo deverão ser professores de carreira da Unesp, com título mínimo de doutor. A partir de agora, qualquer medida tomada pelo coordenador executivo "*ad referendum*" deverá ser submetida ao Conselho Diretor em sua primeira reunião subsequente ao fato.

Conselho de Curso: Composto por cinco representantes docentes (eleitos por seus pares, com mandato de dois anos), representante dos alunos (indicado por seus pares, com mandato de um ano e direito à recondução) representante dos servidores (eleito por seus pares, com mandato de dois anos), na proporção de 15% para cada categoria. Já o coordenador e o vice-coordenador de curso serão escolhidos entre os membros docentes do Conselho de Curso.

continua...

Campi Experimentais: Avanços e desafios

Os *campi* experimentais foram criados em 2002, à época chamados de unidades diferenciadas, em meio a um tumultuado período na história da Universidade. A comunidade se ressentiu pela falta de debate sobre os cursos, locais onde seriam criados etc, bem como pela ausência de qualquer garantia de verbas permanentes de parte do governo.

Nestes anos iniciais de funcionamento, Adunesp e Sintunesp receberam inúmeras denúncias de abuso de poder, ameaças constantes de demissão de funcionários e docentes, imposição de propostas pedagógicas, falta de transparência no uso dos recursos, distribuição de privilégios, realização de concursos e bancas “*ad referendum*”, entre outros. O sub-quadro de servidores é insuficiente na maioria dos casos e há um excessivo número de professores substitutos, muitos contratados em períodos consecutivos há anos, ou seja, na prática, é a efetivação do precário.

Em documento distribuído aos conselheiros do CEPE antes da reunião do dia 5/8, Adunesp e Sintunesp assinalavam que alguns dos *campi* sequer vinham cumprindo a Portaria 461/05 (como no caso de Registro), que estabeleceu algumas normas de funcionamento dos Conselhos de Curso destas unidades, únicos órgãos colegiados locais.

Para Afrânio Soriano, diretor da Adunesp e professor em Registro, a Resolução recém-aprovada pelo CEPE é um indiscutível avanço. “Conseguimos colocar os *campi* experimentais na agenda da Unesp, tirando-os da blindagem dos diretores, até então considerados pela Unesp como os únicos interlocutores com a base”, diz. Para ele, esse foi um dos maiores equívocos cometidos ao longo desses cinco anos. “Eles não tinham e não têm legitimidade para falar em nome de uma base que não os referendou em um processo democrático de escolha”. O docente considera que a cultura da democracia vai se iniciar agora nas unidades experimentais. “Estamos começando a ser Universidade a partir de agora, pois conseguimos garantir a democracia representativa e participativa, através dos órgãos colegiados criados”, prossegue.

Afrânio integrou o grupo de

professores de Registro que, em julho de 2007, protocolou junto à Reitoria o pedido de que a Portaria 461/05 fosse cumprida naquele campus. Esse foi um dos elementos motivadores para impulsionar a luta não só em Registro (que, por incrível que pareça, não cumpre a Portaria até hoje), mas também em outras unidades experimentais.

Wagner Alexandre, membro da Diretoria Colegiada do Sintunesp, que acompanhou a maior parte das assembleias abertas aos três segmentos nos *campi* experimentais, também vê como avanço a aprovação da Resolução no CEPE.

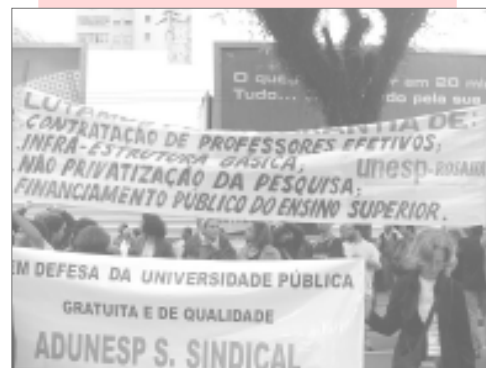
“Esperamos que seja o início de uma nova etapa na vida das experimentais e que elas se integrem, realmente, à Universidade, garantindo condições dignas de trabalho aos servidores e docentes”, diz. Wagner lamenta a ausência da paridade tanto nos órgãos colegiados criados, quanto na escolha do coordenador executivo. “A paridade é uma luta não só das unidades experimentais, mas de toda a Universidade”, ressalta.

Afrânio e Wagner consideram que a luta não pára por aqui. Eles lembram que faltam servidores e docentes e que as verbas destinadas à expansão continuam incertas. Ainda não foi assegurada nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs), votadas na Assembleia Legislativa de SP, a inclusão destas verbas na quota-parte das universidades estaduais. No âmbito interno, eles frisam que ainda há a necessidade de garantir representatividade dos *campi* experimentais junto aos órgãos colegiados superiores, bem como integrá-los aos demais *campi* da Unesp em termos de ensino, pesquisa e extensão. A construção de um plano de desenvolvimento para estas unidades, que considere suas especificidades e possa conduzi-los a um real crescimento, também é apontada como prioridade.

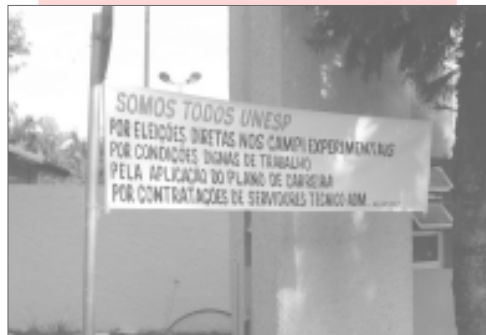
Quando começa

A expectativa da comunidade dos *campi* experimentais é que o conteúdo da Resolução aprovada no CEPE e publicada no Diário Oficial seja colocado em prática o mais breve possível, com a convocação de eleições para a coordenação executiva e formação dos órgãos colegiados. Segundo a professora Maria Dalva, secretária-geral da Unesp, é provável que isso aconteça em paralelo às eleições para reitor, marcadas para outubro.

Cinco anos de história...



Ato na data-base de 2005, em frente à Reitoria da Unesp: Rosana presente



Junho de 2008: Protesto dos três segmentos em Sorocaba



2008: Assembleias abertas aos três segmentos, em São Vicente e Registro

Este boletim é uma publicação conjunta da Associação dos Docentes da Unesp - Adunesp (www.adunesp.org.br) e Sindicato dos Trabalhadores da Unesp - Sintunesp (www.sintunesp.org.br).
Jornalista resp.: Bahiji Haje (MTb 19.458).